

## DIREITO PENAL E MÍDIA

Edmundo José de Bastos Júnior\*

Um dos princípios fundamentais do Direito Penal, complementar ao da legalidade, é o da intervenção mínima. Também denominado *ultima ratio*, impõe limite ao poder estatal de baixar normas incriminadoras, considerando-o legítimo apenas quando a proteção de determinado bem jurídico não possa ser efetivada por outras formas de controle social. Em outras palavras, a intervenção do Direito Penal não se justifica se se puder lançar mão de outros ramos do Direito para a tutela de bens individuais e sociais relevantes. “Nisso, aliás, está empenhado todo o ordenamento jurídico. E aqui se entremostra o caráter subsidiário do ordenamento penal: onde a proteção de outros ramos do direito possa estar ausente, falhar ou revelar-se insuficiente, se a lesão ou exposição a perigo do bem jurídico apresentar certa gravidade, até aí deve estender-se o manto da proteção penal, como *ultima ratio regum*. Nada além disso”<sup>1</sup>.

Mas, a despeito da ampla aceitação e defesa do princípio da intervenção mínima pelos doutrinadores do Direito Penal, notou-se, já a partir da segunda metade do século XIX, um desmedido aumento das leis penais. Atualmente, é claro o abuso na edição de leis que criminalizam condutas ou tornam mais rigorosa a resposta penal, a pretexto de mais vigoroso combate à criminalidade. O efeito, paradoxal, é o enfraquecimento da função preventiva da norma penal, pela perda de sua força intimidativa.

---

\* Professor da Escola Superior da Magistratura/SC e da Escola Superior da Magistratura Federal/SC.

---

1 Folha de S. Paulo, 19-8-2003, p. A 17.

Essa tendência tem-se intensificado nas últimas décadas, com o acentuado incremento da criminalidade violenta e organizada, especialmente o tráfico de drogas. O alarme social provocado por esse fenômeno, agravado pela notória incapacidade estatal de confinar a delinquência a limites aceitáveis, propiciou o surgimento de movimentos do tipo “lei e ordem”. O discurso desses movimentos, em franca oposição ao princípio da intervenção mínima, é no sentido de que o combate à criminalidade – ou seja, a defesa da lei e da ordem – exige o endurecimento das leis penais, com penas mais severas e duradouras, inclusive morte e prisão perpétua, rigor penitenciário e ampliação da prisão provisória.

Parece contraditório que esse discurso, tão agradável a governos de índole autoritária, tenha encontrado campo fértil exatamente no país que se pretende o berço da liberdade, paladino dos direitos humanos: os Estados Unidos da América. Além da crueldade da pena de morte – em cuja execução se chega ao requinte de permitir a presença dos familiares da vítima – a política de encarceramento naquele país resultou, segundo dados de 2002, em população prisional de 2,1 milhões de pessoas, proporcionalmente inferior somente às da Rússia e Ruanda. Pessoas acusadas de delitos leves podem ser, em alguns estados, condenados à prisão perpétua, segundo leis locais que admitem essa pena para autores de três crimes (*three strikes and you are out*). Um entre cada 37 americanos adultos já teve ou está tendo algum tipo de experiência em prisão, representando 5,6 milhões, ou 2,7% dos estimados 210 milhões de adultos do país em 2001<sup>2</sup>. Os defensores do sistema comemoram relatórios que dão conta de forte queda nos índices de delinquência. Especialistas, no entanto, destacam a contribuição, para esse resultado, da melhora da renda e do crescimento econômico contínuo. Vincent Schiraldi, diretor do Justice Policy Institute, afirma ser necessário separar a retórica oficial sobre a criminalidade da política de correção americana, apontando vários estados do Sul em que tanto a taxa de homicídios como o número de prisões registram crescimento<sup>3</sup>. De

2 Folha de S. Paulo, 19-8-2003, p. A 17.

3 *Idem*, 26-8-2003, p. A 17.

qualquer forma, indaga-se se não haveria meios socialmente menos danosos, de menor custo financeiro (cada nova cela no sistema custa cerca de US\$ 100 mil), e, sobretudo, menos discriminatórios, visto que, entre homens negros, o número de presos chega a 17%, contra 7,7% de hispânicos e 2,6% dos considerados brancos.

No Brasil, a reforma penal de 1984 foi elaborada sob a égide do princípio da intervenção mínima. Instituiu-se o sistema progressivo de execução da pena privativa da liberdade e diminuiu-se o tempo de cumprimento necessário à obtenção da liberdade condicional. Penas substitutivas à prisão (de aplicação posteriormente ampliada) foram introduzidas e a pena de multa, fortalecida. Simultaneamente, foi promulgada a Lei de Execução Penal, com ênfase na reabilitação pelo trabalho, considerado dever social e condição de dignidade humana, prevendo-se a possibilidade de redução da pena, pela remição, na proporção de um dia para cada três de trabalho.

O aumento da criminalidade organizada e violenta foi logo debitada, pelos arautos da lei e da ordem, a pretensa benignidade da nova legislação. A marcha para o retrocesso começou no Congresso Constituinte de 1988, com a inclusão, na nova Carta Magna, do inciso XLIII do art. 5º (“a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”). Algum tempo depois, o clima emocional, criado com a ampla divulgação dada a vários crimes de extorsão mediante seqüestro praticados contra pessoas de destacada posição socioeconômica, deu ensejo à aprovação da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990. Sobre essa lei e seus defeitos já discorreram muitos e abalizados autores, a cujas críticas fazemos coro. Acrescentamos apenas que ela procede da mesma fonte que inspirou o infeliz dispositivo constitucional já mencionado: o acendrado conservadorismo (as mais das vezes tacanhice) ou alienação da maioria parlamentar. O que é, ao mesmo tempo, verdadeiro e triste, é que ela feriu gravemente o

princípio da intervenção mínima e toda a tendência de humanização que norteou a reforma penal de 1984.

Existe controvérsia a respeito da função que o sistema penal cumpre na realidade social. Para uns, essa função é de selecionar pessoas dos segmentos sociais inferiores para criminalizá-los, desta forma indicando aos demais o limite do espaço social; para outros, essa função é de garantir a supremacia de um segmento social sobre o outro.

Para Zaffaroni/Pierangeli, é indiscutível que em toda sociedade existe uma estrutura, com segmentos hegemônicos e outros marginalizados do poder, estrutura que tende a sustentar-se através do controle social e de sua parte punitiva, o sistema penal. Essa função do sistema penal é fundamentalmente simbólica, seja através da criminalização seletiva dos marginalizados, para conter os demais, seja criminalizando pessoas dos próprios setores hegemônicos, para que não desenvolvam condutas prejudiciais à supremacia dos seus grupos. Há casos, também, em que a criminalização de marginalizados ou contestadores serve apenas para levar sensação de tranquilidade aos mesmos setores hegemônicos, que podem sentir-se inseguros, em geral por causa de manipulação dos meios de comunicação de massa.<sup>4</sup>

O objetivo deste trabalho é exatamente destacar a influência desses meios de comunicação, não apenas na enxurrada de leis que, a pretexto de combater a criminalidade, vem endurecendo inutilmente o sistema penal brasileiro, mas na própria implementação das leis penais.

Assinala-se, desde logo, que os meios de comunicação são explorados por empresas privadas, as quais, ainda que se prestem à sustentação da estrutura de poder, que lhes garante a sobrevivência, buscam o lucro, que depende da vendagem e audiência que lhes propiciem fatia cada vez maior do bolo de verbas publicitárias. Para isso, utilizam as páginas e programas policiais, explorando de modo sensacionalista acontecimentos inusitados ou causadores de revolta popular mais intensa: crimes de estupro, extorsão mediante seqüestro (especialmente se as víti-

---

4 ZAFFARONI, Eugenio Raúl, e PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro*. SP, RT, 1999, p. 77 e 78.

mas são ricas e/ou famosas), o padre pedófilo, o médico que abusa sexualmente de pacientes, o juiz corrupto etc.

Os movimentos “lei e ordem” encontram nos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, veículos úteis e eficientes para a difusão de suas mensagens. Através do espaço destinado a determinado assunto e do enfoque que é dado às suas circunstâncias, aumenta-se a sensação de insegurança dos cidadãos, criando-se o tal “clamor público” que serve de pretexto à elaboração de leis em que o aspecto emocional se sobrepõe ao técnico, gerando formulações defeituosas, que, ao invés de fortalecer o sistema penal, na verdade o tumultuam. Programas popularescos de televisão, transmitindo a mensagem de que as leis são por demais benignas, que a polícia prende e a Justiça solta, que os presos gozam de direitos excessivos e mordomias, e que direitos humanos servem à proteção de bandidos, estimulam – às vezes de forma nada sutil – as execuções sumárias<sup>5</sup> por “justiceiros” e “esquadrões da morte”, cuja ação não recebe a reprovação devida. Isso explica, em parte, a situação vexatória do Brasil perante a comunidade internacional, pelas seguidas denúncias de execuções extrajudiciais e prática corriqueira de tortura contra presos e menores, de que resultam periódicas visitas de funcionários da ONU, cujos relatórios têm sido, para nós, lamentáveis, sob o ponto de vista de ausência de ação mais efetiva contra a violação dos direitos humanos.

Um exame da legislação penal promulgada nos últimos tempos comprova a influência do discurso de lei e ordem divulgado pela mídia.

A Lei dos Crimes Hediondos resultou, como se disse, do clamor gerado pela intensa divulgação de seqüestros envolvendo personalidades destacadas no meio social e econômico. Tempos depois, uma jovem foi assassinada com dezesseis golpes de tesoura. Não era uma jovem qualquer, como tantas outras que são mortas em circunstâncias semelhantes: tratava-se de atriz de televisão, naquele momento em fase de grande sucesso na novela

5 Segundo a Folha de São Paulo (25-2-2004, p. C 3), o número de supostos criminosos mortos pela polícia do Rio de Janeiro triplicou em seis anos. Foram 1.195 em 2003.

das oito, na qual contracenava com o homicida (que praticou o crime em co-autoria com a mulher). A mãe da vítima, autora da novela, liderou campanha para incluir o homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos, o que acabou acontecendo, através da Lei n. 8.930, de 6-9-1994. Na ocasião, escrevemos: “O prolongamento da permanência de condenados em confinamento, pelo critério único do crime praticado, desprezando-se as possibilidades individuais de retorno experimental ao meio livre, virá agravar ainda mais o problema da superpopulação carcerária, com suas habituais e trágicas conseqüências: presos amontoados em condições subumanas, rebeliões, mortes. E tudo sem qualquer efeito inibidor da criminalidade”<sup>6</sup>.

Como o modesto professor provinciano nunca foi portador de dons proféticos, está claro que os autores da lei oportunista e demagógica, e os que a aprovaram, sabiam perfeitamente de sua inutilidade e efeitos (ou nem sequer sabiam o que estavam votando, como é, infelizmente, comum). Como informa Franciny Abreu de Figueiredo e Silva<sup>7</sup>, em 1990, ano da promulgação da Lei dos Crimes Hediondos, houve trinta ocorrências desse tipo no Rio de Janeiro. O número aumentou quatro vezes nos dois anos seguintes. Em 1996, houve oito mil casos de estupro no país. Em 2002, foram quatorze mil.

Nada disso, entretanto, ameniza a fúria legiferante, exacerbada pela cobertura da mídia a fatos pontuais. Do final da década de 80 para cá, só para citar alguns exemplos, criminalizaram-se: a pesca mediante utilização de explosivos ou de substâncias tóxicas; a obtenção de redução do imposto sobre a renda mediante utilização fraudulenta dos benefícios concedidos ao desporto amador; a realização de trabalhos de extração de substâncias minerais sem a competente permissão, concessão ou licença; atos que obstem a fruição de direitos pertencentes às pessoas portadoras de deficiência e de menores em idade escolar; condutas atentatórias à organização da Seguridade Social; certas condutas do locador de imóveis; a representação contra agente

6 *Crimes Hediondos*, in Diário Catarinense, Florianópolis, 23-9-74, p. 2.

7 SILVA, Franciny Beatriz Abreu de Figueiredo e. *Crimes Hediondos*. Florianópolis, OAB/SC Editora, 2003, p. 49.

público ou terceiro beneficiário quando o autor da denúncia o sabe inocente (como se o Código Penal já não punisse a denúncia caluniosa); exigências e outras práticas para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho; o comportamento de pessoas físicas que, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, concorrem para o descumprimento das normas que dispõem sobre a exportação de bens sensíveis e serviços vinculados; e por aí vai. A relação é muito longa, nela incluindo-se também o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código do Consumidor, as leis que definem os crimes de tortura, contra o meio ambiente, o Código de Trânsito Brasileiro, legislação sobre armas e muitas outras, que contém parte penal, geralmente com técnica defeituosa e desconhecendo que as leis penais do país devem formar um sistema harmônico, coerente e proporcional.

A Lei dos Crimes Hediondos promoveu, também, o aumento das penas de alguns delitos: roubo qualificado por lesão corporal, de 5 a 15 para 7 a 15 anos de reclusão, além da multa; em caso de morte (latrocínio), de 15 a 30 para 20 a 30, mais multa; extorsão mediante seqüestro (art. 159), de 6 a 15 para 8 a 15 anos de reclusão (*caput*), de 8 a 20 para 12 a 20 (§ 1º); se do fato resulta lesão grave, de 12 a 20 para 16 a 20, e, se o resultado é morte, de 20 a 30 para 24 a trinta. Estabeleceu-se, assim, acentuada desproporção entre a pena cominada à eliminação da vida humana para fim de lesão patrimonial e a praticada através de traição, emboscada, motivo fútil, veneno, fogo, explosivo ou outro meio cruel, já que o homicídio qualificado continua punido com 12 a 30 anos de reclusão.

Episódio de falsificação de medicamentos, matéria de vários programas televisivos, resultou na inclusão dos respectivos tipos penais no rol dos crimes hediondos, além do aumento da pena privativa da liberdade prevista nos respectivos artigos do Código Penal (272 e 273), de 2 a 6 para 4 a 8, e de 1 a 3 para 10 a 15 anos de reclusão. Considerando-se a já destacada pena do homicídio, fica clara a reação emocional do legislador e a sua precipitação, que o levaram não só a agredir o princípio da proporcionalidade e a harmonia do estatuto penal, mas também à absurda inversão da

dosagem da pena: pune-se agora, com muito menor rigor, a forma mais grave (art. 273) caracterizada pela nocividade positiva.

A influência da mídia na criação de tipos penais ficou bem patente no caso do assédio sexual. Certamente com inspiração em fatos ocorridos nos Estados Unidos – onde a acusação por essa conduta costuma render polpudas indenizações –, programas populares de televisão passaram a entrevistar mulheres supostamente vítimas de assédio por parte de pessoas com ascendência funcional sobre elas. Entrevistas e mesas redondas apresentavam o fato emocionalmente, reclamando preenchimento da lacuna da lei penal, omissa a respeito. Não faltou um (ou uma) congressista para apresentar projeto, que acabou resultando na Lei 10.204, de 15-5-2001, que insere dispositivo no Código Penal (art. 216-A) definindo o crime de assédio sexual e cominando-lhe pena de um a dois anos de detenção. Acontece que a clara deficiência técnica dessa lei levou o ilustre professor Damásio de Jesus a afirmar que não teria tranquilidade em julgar nenhum réu com base nela, tachando-a de *insuportável*.<sup>8</sup> Aprovada a lei, a matéria praticamente sumiu do noticiário, reaparecendo há pouco tempo, provavelmente porque o caso envolvia pessoas de projeção social.

A vigilância seletiva na execução das penas se evidenciou em dois casos. O dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, não atingidos pela Lei dos Crimes Hediondos, mas submetidos, na prática, aos seus efeitos, uma vez que não lhes eram concedidos os direitos previstos na legislação vigente na época do fato, basicamente em função da vigilância da mídia, e que acabaram libertados e expulsos do país em razão de greve de fome, solução política provocada pela atenção internacional. O segundo caso é o dos matadores da atriz Daniela Peres, cujo processo foi acompanhado até a condenação, e, depois, na própria execução, procurando impedir que usufríssem os direitos legais, como progressão de regime prisional, visto que o crime fora anterior à Lei 8.930/94. A campanha recrudescceu mais tarde, quando um indulto natalino, para o qual o condenado se qualificava, extinguiu-lhe a

8 JESUS, Damásio de, e BIANCHINI, Alice. *Assédio sexual agora é crime*. In Boletim IBCCrim n. 105, agosto/2001.



punibilidade. A campanha não contestava a concessão de indulto a todos os condenados por crimes semelhantes, mas *àquele* condenado, autor da morte *daquela* vítima.

Muitas vezes, a cobertura seletiva e intensa sobre certos fatos produz consequências desastrosas. Nos fins de semana, em São Paulo, os homicídios contam-se às dezenas. Como ocorrem, quase sempre, na periferia pobre, não merecem mais que rápido registro nas páginas policiais de segunda-feira. Quando envolvem, porém, gente conhecida ou de classe média, o destaque é sempre a regra, com acompanhamento das investigações. Tome-se o caso do Bar Bodega, situado num bairro nobre de São Paulo, freqüentado por pessoas de classe média, até porque pertencente a atores da Rede Globo. Ali, nas primeiras horas de sábado, 10 de agosto de 1996, houve um assalto, que terminou com a morte de uma estudante, de 23 anos, e de um dentista recém-formado, de 25, além de ferimentos em outro estudante. O caso teve intensa repercussão e recebeu cobertura emocional de programas de televisão, resultando na deflagração de um movimento denominado Reage São Paulo. Em 15 dias, o delegado responsável pelas investigações prendeu nove supostos criminosos e deu o caso por encerrado. Um jovem promotor resolveu “remar contra a maré”, argumentando que a confissão, única prova, teria sido obtida mediante tortura. Líderes comunitários e empresários da região em que trabalhava o delegado promoveram um jantar de desagravo e lhe entregaram uma placa de prata pelos “serviços prestados”. Mas, em novembro, a Polícia Militar deteve dois homens que confessaram o crime e foram reconhecidos por testemunhas. Com eles foram encontrados produtos do roubo<sup>9</sup>. Se houve algum procedimento contra os responsáveis pela tortura, não foi divulgado, pelo menos com amplitude minimamente comparável à exposição dos inocentes.

Caso semelhante ocorreu na cobertura do caso da Escola Base, cujos proprietários foram acusados de abuso sexual contra alunos, todos crianças. O enfoque sensacionalista resultou em forte comoção popular, inclusive com apedrejamento do prédio da Escola. A opinião pública, mal orientada, errou em sua precipitada

9 Revista Isto É, 20-11-96.

condenação. O reconhecimento, pela Justiça, da inocência dos acusados praticamente de nada lhes serviu, porque, se a perda patrimonial pode até ser amenizada através de indenização, o abalo emocional e o sofrimento moral jamais poderão ser compensados.

Em novembro do ano passado, um casal de namorados, de classe média, foi brutalmente assassinado, com participação de um adolescente de 16 anos. Houve grande comoção, com passeatas, apelos pela redução da maioridade penal (um senador logo protocolou projeto de emenda constitucional fixando-a em 13 anos) e pela pena de morte, esta com endosso até de líderes religiosos. Conhecida apresentadora de televisão, furibunda, manifestou em pleno ar gana de eliminar pessoalmente os autores. Chacinas em favelas não merecem maior atenção da mídia. Não há passeatas, apelos por penas mais rigorosas ou apresentadoras furibundas. Como bem disse um leitor em carta à Folha de São Paulo, “todos os dias Joões e Marias da periferia são assassinados em circunstâncias semelhantes às do casal de namorados, por um ou mais psicopatas sociais, maiores ou menores de idade. Nessas ocasiões, ninguém se lembra de se manifestar nem de pedir a opinião de políticos”.

Mas a ocorrência em que fica nitidamente marcada a influência da mídia na seletividade do Direito Penal é a morte, em Brasília, do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos que, na madrugada de 20 de abril de 1997, teve o corpo incendiado por cinco jovens – um deles menor de 18 anos – que passeavam de carro, e sobre ele lançaram álcool, fugindo em seguida. Quando se identificaram a vítima – de início supostamente um mendigo – e os autores – jovens de classe média da Capital Federal –, o caso ganhou as manchetes dos jornais e considerável espaço no rádio e, sobretudo, na televisão.

A adequação típica do fato comportava duas alternativas: 1) Os jovens atearam fogo nas roupas do índio por estúpida brincadeira com o objetivo cruel de vê-lo correr, sabendo do risco de que ele viesse a morrer das queimaduras, resultado a que eram indiferentes: nesse caso, deveriam responder, perante o tribunal do júri, por homicídio doloso (dolo eventual) qualificado, sujeitos à pena

mínima de doze anos de reclusão. 2) Com sua perversa brincadeira, os rapazes pretendiam apenas divertir-se com o susto do índio, sabendo que ele poderia sofrer queimaduras, mas não desejando nem prevendo o resultado morte, entretanto previsível. O delito, nesta hipótese, seria de lesão corporal seguida de morte, ou homicídio preterdoloso, da competência do juiz singular, e punido com pena mais branda, quatro a doze anos.

Tratava-se de questão extremamente complexa, pois a diferença entre as duas figuras estaria no que se passou na cabeça dos agentes. A avaliação dependeria de criterioso exame dos argumentos a favor e contra os autores, seus antecedentes e as circunstâncias do crime.

Aí entra a cobertura da mídia, em que, como observa Luís Nassif, a análise isenta dos fatos é substituída pelo sensacionalismo, porque o assunto, em termos de audiência, era realmente muito valioso. Nesse sentido, a melhor versão seria de que um grupo de jovens sádicos (melhor ainda se fossem neonazistas), de famílias ricas e poderosas, queimou um índio até a morte para divertir-se. Enfatizaram-se as evidências contra os autores. Exibiu-se o sofrimento dos familiares da vítima. Destoou a revista “Veja”, que apresentou a matéria de forma isenta, mencionando os bons antecedentes dos rapazes até a fatídica noite e mostrando que dois deles estavam longe de pertencer à elite paulistana, posto que trabalhavam para sustentar-se. A mãe do terceiro era casada com um juiz do Tribunal Superior Eleitoral e o último era filho de um juiz de direito, coincidentemente o primeiro a proferir sentença de reconhecimento de terras indígenas<sup>10</sup>.

Previsivelmente, os quatro acusados foram denunciados por homicídio doloso. Mas a denúncia não foi aceita pela juíza Sandra Sanctis de Melo, que entendeu ter ocorrido lesão corporal seguida de morte. A reação contra a decisão foi tão intensa, e de tal natureza, que a jornalista Eliane Catanhede, da Folha de São Paulo, deu à sua coluna do dia 17 de agosto de 1997 o título “Não incendeiem a juíza”. Ressaltando a coragem da juíza, que “poderia ter dado uma sentença endereçada à opinião pública”, voltando para casa feliz para dormir com os louros, a jornalista citou opinião de

10 Folha de São Paulo, 19-8-97.

renomados juristas, para os quais a decisão nada tinha de absurda. Mais adiante, reafirmou que o crime foi hediondo (aqui no sentido comum de abjeto, extremamente reprovável) e que seus autores mereciam punição severa. “Mas isso não pode se tornar um delírio coletivo irracional. Nem devem imolar a juíza em praça pública”.

Nassif, jornalista paradoxalmente especializado em economia, verberou, em sucessivos artigos, a cobertura parcial e sensacionalista do chamado “caso Galdino”. Em coluna intitulada “O editor que virou juiz”, de 19 de agosto de 1997, escreveu: “Independentemente de todas as circunstâncias que cercaram o episódio, das agravantes e das atenuantes, suponha-se que o ‘Jornal Nacional’ (citado apenas por ser o veículo de maior abrangência e o que mais tem recorrido a esse tipo de expediente) decidisse reduzir o número de cenas que mostravam o corpo de Galdino e ampliar a cobertura sobre os matadores e suas famílias. Mostraria jovens com vida pacata e normal até a loucura daquela noite. Mostraria pais de família normais, indefesos, arrebatados. Divulgaria que o pai de um dos rapazes é juiz com atuação importante pró-causa indígena. Sem alterar uma vírgula dos fatos, sem nenhum elemento novo de prova, mesmo que os rapazes fossem eventualmente assassinos frios e cruéis, a mera mudança de enfoque na cobertura do ‘Jornal Nacional’ seria suficiente para dirigir a opinião pública para o lado oposto. Quando se pretende que a Justiça se curve ao ‘clamor das ruas’, no fundo se está transferindo o papel de julgar do juiz para o editor do ‘Jornal Nacional’. E o que pretende o editor? Fazer justiça? Analisar tecnicamente os fatos? Nada disso. A pauta – não apenas do ‘Jornal Nacional’, mas da mídia em geral – tem o objetivo expresso de buscar o enfoque de maior repercussão. É seu trabalho”.

Reformada a decisão da juíza Sandra de Sanctis Melo pela instância superior, os acusados foram a julgamento pelo júri. O comportamento da mídia se repetiu, novamente verberado por Luís Nassif, que na coluna de 8 de agosto de 2001, intitulada “Justiçamento e Selvageria”, escreveu: “Quando se mistura justiça com o fantástico *show* da mídia, essa defesa deixa de existir. Troca-se a análise isenta das provas pelo sensacionalismo e se

criam unanimidades que atropelam toda norma de direito individual. Enfatizam-se todas as provas contra os réus, escondem-se ou minimizam-se todas as atenuantes. Expõem-se a dor e a revolta dos familiares dos culpados. [...] Evita-se qualquer informação que possa ‘humanizar’ os culpados e se criam estereótipos que possam facilitar a unanimidade em torno do fato”. Também do assunto se ocupou o *ombudsman* do mesmo jornal, Bernardo Ajzenberg, que, em sua coluna de 8-11-01 (“Clamor e Justiça”), disse que o julgamento dos assassinos do pataxó Galdino Jesus dos Santos foi uma daquelas ocasiões em que a imprensa mostra a sua cara. Comentando a cobertura desde o acontecimento, em abril de 1997, assinalou que (independentemente da opinião expressa em editoriais) o noticiário sobre o assunto, com diferenças relevantes entre um veículo e outro, “não correspondeu, no geral, ao modelo mais desejável: aquele que, apesar do drama, busca equilíbrio e frieza para não transformar reportagem em peça de campanha”.

Como se sabe, os acusados acabaram condenados. Mas, tenha ou não sido justa a condenação, o fato é que apenas homologou o que estava decidido pelo “clamor público” construído como se viu acima.

A “cara” da mídia, de que falou o *ombudsman* Ajzenberg, ficaria bem exposta em vários outros casos semelhantes. Em 22 de agosto de 1997, poucos meses, portanto, após a morte de Galdino, o mendigo Rubens Batista da Silva teve de 30 a 35% de seu corpo queimado por uma mulher loura que teria atirado álcool sobre ele, riscando um fósforo em seguida, segundo declarou a vítima, internada em risco de vida<sup>11</sup>. Em 10 de setembro seguinte, o ajudante de obras José Bezerra de Araújo, 40, morreu ao ter seu corpo incendiado, na Cidade Ademar (zona sul de São Paulo)<sup>12</sup>. Pouco tempo depois, na madrugada de 16 de outubro de 1997, uma jovem de 19 anos, Cristiane Pereira Marques, e um travesti, Paulo Sérgio de Jesus, de 23, tiveram o corpo queimado enquanto dormiam na região central de São Paulo. Os dois ataques aconteceram de maneira semelhante: os agressores jogaram álcool nos

11 Folha de São Paulo, 23-8-97, caderno 3, p. 9.

12 *Idem*, 11-9-97, caderno 3, p. 6.

corpos das vítimas e, em seguida, lançaram sobre eles palitos de fósforo acesos. No mesmo dia, o padeiro Marcelo Sebastião Pinto, de 17 anos, foi queimado dentro de seu barraco, no bairro Itaim Paulista, também em São Paulo<sup>13</sup>. Em 21 de fevereiro de 1999, três homens atearam fogo no morador de rua Romário da Costa Oliveira, de 42 anos, em Bonsucesso, Rio de Janeiro<sup>14</sup>. Em 19 de março seguinte, dois meninos de rua foram acusados de pôr fogo em um apanhador de papel, Luiz Maciel, de 38 anos, em Francisco Beltrão, Paraná. A vítima morreu com queimaduras em todo o corpo<sup>15</sup>. Os mendigos Carlos Alexander Gonçalves, 27, e Janaina da Silva, 24, tiveram o corpo parcialmente queimado quando dormiam, na madrugada de 29 de maio de 1999, em Copacabana, Rio de Janeiro<sup>16</sup>. Em 13 de março de 2000, dois moradores de rua, o casal José e Sônia Barbosa, foram incendiados por quatro indivíduos, que sobre eles lançaram gasolina e atearam fogo, em princípio, por pura crueldade, como declarou a autoridade policial<sup>17</sup>. Em 5 de setembro do ano passado, dois moradores de rua foram queimados enquanto dormiam em uma calçada, na região leste de Belo Horizonte. Segundo boletim de ocorrência da PM, o autor jogou gasolina sobre as vítimas e em seguida riscou um fósforo<sup>18</sup>.

O registro desses casos, tão semelhantes ao do índio Galidino, não passou das páginas policiais dos jornais, e sem acompanhamento que permitisse conhecer detalhes sobre as vítimas e autores, motivações para o crime, conclusão das investigações policiais e desfecho dos julgamentos.

Na noite de 6 de janeiro do ano passado, o índio caingangue Leopoldo Crespo, de 77 anos, foi morto a chutes e pedradas quando dormia na principal avenida da cidade de Miraguai, 454 km a noroeste de Porto Alegre. Três jovens, ouvidos na delegacia, foram soltos apesar de terem confessado a autoria do crime, por-

13 *Idem*, 17-10-97, caderno 3, p. 8.

14 *Idem*, 22-2-99, caderno 3, p. 3.

15 *Idem*, 19-3-99, caderno 3, p. 4.

16 *Idem*, 30-5-99, cad. Brasil, p. 1.

17 *Idem*, 14-3-2000, caderno 3, p. 6.

18 *Idem*, 6-9-2003, p. C5.

que não houve flagrante. No depoimento, teriam dito que pretendiam acordar o índio “com coices”.<sup>19</sup>

Este último fato teve razoável repercussão, mas nada parecido com a cobertura do caso Galdino. É lícito supor que, mesmo sendo a vítima um índio, a condição social dos autores não apresentava suficiente potencial de retorno em audiência para outro *fantástico show da mídia*.

Raúl Cervini, em excelente artigo intitulado “Incidência de las ‘mass media’ em la expansion del control penal em Latinoamerica”<sup>20</sup>, cita Miguel Rodrigo Alsina, que, em seu trabalho “La Construcion de la Noticia”, assinala que a influência dos meios de comunicação na construção da realidade social não é exclusiva porém fundamental e praticamente única quando se trata de fornecer informação acerca do mundo a que o indivíduo não tem acesso por si mesmo. É o caso, diz, da informação internacional e muito especialmente do noticiário policial. Mais adiante, diz o mesmo Rodrigo, ainda citado por Cervini, que a produção de notícias se inicia com um acontecimento, que também é parte da construção da realidade social. Para se transformar em notícia, esse acontecimento deve ter certos requisitos básicos. Geralmente devem constituir um sucesso, algo fora do comum, espetacular. E conclui Cervini: “Si es preocupante concluir que la información construye la realidad social, lo es más constatar que esos acontecimientos que definen la información no surgen espontáneamente sino como resultado de *una programada y tendenciosa selección*”.

A cobertura massiva da violência, principalmente em programas que se dedicam exclusivamente ao assunto, cria, a partir de fatos reais, selecionados, um estado difuso de insegurança pública, que favorece a pregação de soluções punitivas, na linha dos já mencionados movimentos de lei e ordem. Cria-se a ilusão de que são necessárias leis mais repressivas, e o resultado é a denominada “legislação de pânico”, da qual já citamos vários exemplos.

19 Folha de São Paulo, 9-1-2003, p. C 4.

20 Revista Brasileira de Ciências Criminais, IBCCrim/RT, n. 5, janeiro-março 1994, p. 37 a 54.

Essa legislação, além de simbólica e, portanto, inócua, desvia o foco da atenção popular das causas estruturais dos problemas que se propõe a resolver. Crescendo em rigor punitivo, significa grave ameaça ao próprio Estado Democrático, na medida que viola garantias individuais expressas na Constituição. Nesse sentido é preocupante o açodamento com que, a partir de episódios isolados, busca-se a aprovação de projetos, alterando a legislação penal, processual penal e de execução.

Veja-se, por exemplo, o Projeto de Lei 5.073/01, que propunha modificação da Lei de Execução Penal para abolir o parecer da Comissão Técnica de Classificação Criminológica e instituir o regime disciplinar diferenciado (RDD) no cumprimento da pena. “Mas, no jogo do toma-lá-dá-cá, emenda aqui, aceita um palpite ali, abre mão de um direito acolá e estamos diante de um verdadeiro monstro. Monstro, – diga-se – do qual, mais cedo ou mais tarde, todos nós nos tornaremos vítimas, cidadãos deste País que somos”.<sup>21</sup>

O projeto tornou-se a Lei 10.792, de 1º de dezembro de 2003. O RDD está, portanto, incorporado à ordem jurídica do país. Por ele, os presos que forem *suspeitos de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa, quadrilha ou bando, ou se representarem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade*, serão recolhidos em cela individual, com direito a duas horas diárias de sol e duas visitas por semana, por 360 dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada. O regime poderá ser aplicado inclusive a presos provisórios.

A manutenção de um ser humano em tais condições constitui clara violação dos preceitos constitucionais que proscrevem penas cruéis e tratamento desumano ou degradante. A declaração de sua inconstitucionalidade, entretanto, sofrerá, com certeza, cerrada oposição da mídia em geral, que recebeu com aplausos a nova lei.

Foi uma clara vitória do apropriadamente denominado Direito Penal do terror.

---

21 O RDD é Caso de Polícia. Boletim do IBCCrim n. 126, maio/2003, p. 1.



Através de legislação desse tipo, a opinião pública, mal conduzida pelos meios de comunicação de massa, tem sua atenção desviada das verdadeiras causas da notória falência do sistema prisional do país: a superpopulação prisional, decorrente da política de encarceramento, aliada à negligência na construção de novas unidades, ao despreparo do pessoal penitenciário e à resistência à implementação das penas alternativas; a perda de controle dos estabelecimentos penais, muitos deles atualmente sob comando de fato de organizações criminosas, devida, principalmente, à corrupção, que permite a perigosos delinquentes, mesmo recolhidos a estabelecimentos ditos de segurança máxima, prosseguir, tranqüila e eficientemente, na sua atividade criminosa, em descarada afronta ao próprio Estado. É um quadro que nenhuma lei, por si, transformará.

O tema é longo, e certamente mereceria abordagem mais profunda. Através das anotações aqui reunidas para o Seminário Serano de Direito da UNIPLAC, pode-se, entretanto, constatar a influência dos meios de comunicação social no Direito Penal, influência em geral perniciosa porque não tem como fim a Justiça, mas o lucro.

## Bibliografia

- AMARAL, Cláudio do Prado. *Princípios penais da legalidade e culpabilidade*. SP, IBCCrim, 2003.
- AZEVEDO, Jackson C. de. *Reforma e “contra” reforma penal no Brasil*. Florianópolis, OAB/SC Editora, 1999.
- BASTOS, Edmundo José de. *Crimes hediondos*. In *Diário Catarinense*, Florianópolis, 23-9-74, p. 3
- BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Manual de Direito Penal*. SP, RT, 1997.
- CERVINI, Raúl. *Incidência de las “mass media” em la expansion del Control Penal em Latinoamerica*. In *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, IBCCrim/RT n. 3, março-abril 1994, p. 37 a 54.
- O RDD é caso de polícia*. Boletim do IBCCrim 126, maio/2003, p. 1.
- RAMOS, João Gualberto Garcez. *A inconstitucionalidade do direito penal do terror*. Curitiba, Juruá, 1999.

JESUS, Damásio de, e BIANCHINI, Alice. *Assédio sexual agora é crime*. In Boletim do IBCCrim n. 105.

Revista Isto É, 20-11-96.

SILVA, Franciny Beatriz Abreu de Figueiredo e. *Crimes hediondos. O regime prisional único e suas consequências no sistema prisional de Santa Catarina*. Florianópolis, OAB/SC Editora, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl, e PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro*. SP, RT, 1999.

Jornal FOLHA DE SÃO PAULO (várias edições).